

SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA

Thais Daniele Miranda da Silva (PIBIC AF/FA/UEM), Ednéia José Martins Zaniani (Orientador). E-mail: ejmzaniani@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área: Ciências Humanas
Subárea: 7.07.05.00-3 Psicologia

Palavras-chave: abrigos; proteção social; Psicologia Sócio-Histórica.

RESUMO

O processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes tem sido justificado porque, presumivelmente, outras instituições os protegeriam da ameaça ou da violação de direitos, não raro, cometidos pela própria família. Contudo, considerando que este processo articula fatores e circunstâncias que podem produzir sofrimento psíquico, o presente estudo objetivou refletir sobre a saúde mental de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica, levantando artigos que discutiam questões atinentes ao tema, disponíveis em bases de dados nacionais, a partir de 1990. A análise foi guiada pelos fundamentos do materialismo histórico dialético, bem como de contribuições da lógica da Atenção Psicossocial e os resultados demonstraram que a história da institucionalização no Brasil passou por mudanças que culminaram em novas legislações e paradigmas de cuidado/proteção. Contudo, identificamos concepções naturalizadas e práticas arraigadas, que refletem a permanência da doutrina menorista, que antecedeu a da Proteção Integral que sustenta o ECA. Sobre possíveis impactos da institucionalização para a saúde mental, observamos que apesar de alguns trabalhos reconhecerem que institucionalizar, por si, pode produzir sofrimento, muitas discussões se alinham ao paradigma psiquiátrico, explicando modos de ser, sentir e agir da criança e do adolescente, dentro e fora da instituição, como sinais de transtornos mentais prévios, produzidos quando ainda conviviam com a família de origem.

INTRODUÇÃO

Na história da assistência no Brasil, a pobreza justificou a institucionalização de milhares de crianças e adolescentes. Muitas foram retiradas de seus pais e colocadas sob a tutela do Estado, por tempo indeterminado e sem expectativa de reinserção familiar. Assim, as práticas de abrigamento estigmatizaram famílias, forjaram incapacidades e irresponsabilidades no cuidado com os filhos, atribuindo-lhes a culpa por suas vulnerabilidades.

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da estruturação da Política de Assistência Social, a destituição do poder familiar não poderia mais ser justificada por falta de recursos materiais, devendo ocorrer excepcionalmente ante graves e reiteradas violações dos direitos fundamentais por parte dos genitores/responsáveis. Contudo, a institucionalização permanece recorrente, a despeito dos prejuízos que pode gerar para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Objetivando refletir sobre a saúde mental de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, realizamos uma revisão bibliográfica, analisando artigos científicos que alinhavam-se ao tema, publicados entre 1990 e 2023. Os estudos selecionados foram analisados partindo dos fundamentos do materialismo histórico dialético, bem como de contribuições da Atenção Psicossocial, lógica decorrente da Reforma Psiquiátrica e do Movimento da Luta Antimanicomial.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa, de natureza bibliográfica, reuniu 16 artigos científicos que abordavam questões atinentes à saúde mental de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, publicados entre 1990 e 2023. Contou com a mediação da metodologia denominada Análise de Conteúdo, proposta originalmente por Bardin Campos (2004).

Na primeira fase da análise nos familiarizamos com os materiais, na segunda selecionamos unidades e delimitamos temáticas afetas aos objetivos da pesquisa. Por fim, organizamos o conteúdo em eixos, analisando-os à luz dos fundamentos do materialismo histórico dialético e de produções acadêmicas consoantes com a lógica da Atenção Psicossocial e da luta antimanicomial.

Para fins didáticos, os resultados foram apresentados em três eixos: Contextualização histórica da institucionalização; Concepção de Família, Saúde Mental, Cuidado/ Proteção; e Impactos da Institucionalização sobre a Saúde Mental de Crianças e Adolescentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação revelou que a história da institucionalização no Brasil percorreu um sinuoso caminho, acompanhando mudanças sociais, políticas e legislativas. Embora se identifique avanços significativos com a implementação do ECA baseado na Doutrina de Proteção Integral e a estruturação da política pública de Assistência Social, que estabeleceram novos paradigmas de cuidado/proteção social, ainda persistem resquícios da lógica menorista, voltada à correção e desqualificação de crianças/adolescentes pobres e suas famílias (Siqueira; Dell’Aglío, 2006).

Na análise do material observamos que poucos artigos definem a concepção de saúde mental, família e cuidado/proteção que adotam, enquanto outros reforçam concepções naturalizadas e reducionistas, que desconsideram os condicionantes sócio-históricos que produzem o modo como as famílias se constituem, se relacionam e se organizam para lidar com os desafios da vida.

Acerca dos impactos da institucionalização sobre a saúde mental das crianças e adolescentes, alguns artigos apontam para os fatores de proteção presentes nas instituições que podem favorecer o desenvolvimento dos acolhidos (Dalbem; Dell’Aglío, 2008). Mas, a maioria conclui que o acolhimento institucional tende a impactar negativamente o desenvolvimento afetivo, cognitivo e social desses sujeitos, especialmente porque falha em respeitar a singularidade e preservar os vínculos afetivos. Já outros colocam que, sendo tais espaços caracterizados pela provisoriedade e instabilidade, dificultam a formação de laços psicossociais significativos (Ferreira; Littig; Vescovi, 2014).

Apesar de alguns estudos reconhecerem que as vivências institucionais impactam a saúde mental, muitas discussões se alinham ao paradigma psiquiátrico, explicando modos de ser, sentir e agir da criança/adolescente, dentro e fora da instituição, como sinais de transtornos mentais prévios, produzidos ainda quando da convivência com suas famílias de origem.

CONCLUSÕES

Concluimos que a manutenção de concepções que responsabilizam majoritariamente as crianças/adolescentes e suas famílias pelo sofrimento que vivenciam e expressam, reforçam processos de medicalização que desembocam em medidas a-críticas e remediativas. Logo, alertamos que a produção acadêmica pode contribuir para que uma série de problemáticas e dificuldades sejam ocultadas, desresponsabilizando a sociedade e o Estado, bem como a própria instituição.

Finalizamos, ressaltando a urgência de problematizarmos as práticas de institucionalização, considerando que o abrigo não só perpetua, como conglera vulnerabilidades, gera desamparo emocional e sofrimento psíquico. É a história que nos confirma que tal sofrimento não se faz à margem da vida e nem das condições reais de existência dessa população.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Ednéia J. M. Zaniani, pelo apoio e aprendizados construídos ao longo do trabalho. Também agradeço ao CNPq pelo suporte financeiro e ao PIBIC-AF-IS/CNPq-UEM (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas) por oportunizar este estudo.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 5, p. 611–614, set. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 23 ago. 2024.

DELL'AGLIO, D. D.; DALBEM, J. X. Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. **Psico**, v.39, n.1, 2008. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/1455>. Acesso em: 23

ago. 2024.

FERREIRA, V. V. DE F.; LITTIG, P. M. C. B.; VESCOVI, R. G. L.. Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p.165–174, jan. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/P4bNjpmNVFhGstQ844D4Hxn/#ModalHowcit>. Acesso

em: 23 ago. 2024.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, v.18, n.1, p.71-80, jan. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/Bn9x93pDbChZvrGwTvghPLn/>. Acesso em: 23 ago.

2024.